☆ continuação

b) Movimentação:	2014	Adições	Reversão	Baixas	2015
Ações cíveis	3.757	-	(622)	-	3.135
	3.757	-	(622)	-	3.135

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões cíveis e outros assuntos. As demandas judiciais são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres de advogados. **Contingências passivas não provisionadas:** As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 2.305 (R\$ 2.043 em 2014), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. **14. Patrimônio líquido: Capital social:** O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 5.209 (o mesmo em 2014). A composição acionária está distribuída da seguinte forma:

Acionista	%	2015
Mafe Energia e Participações S.A.	99	5.157
Mara Daisy Gil Dias	1	52
	100	5.209

Política de dividendos: Observado o disposto no artigo 17, I, da Lei nº 6.404/76, aos acionistas é assegurado o direito de receber um dividendo anual obrigatório não inferior a 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: **i.** Quota destinada à constituição de reserva legal; **ii.** Importância destinada à formação de reservas para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; **iii.** Lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. Observadas as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus acionistas, por deliberação da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

15. Receita líquida:

Receitas operacionais:	2015	2014
Fornecimento	13.455	12.625
Outras receitas	86	132
(-) PIS	(222)	(208)
(-) COFINS	(1.023)	(960)
	12.296	11.589

16. Custos:

Geração	2015	2014
Custo de operação	(1.504)	(794)
Usinas - operações com energia elétrica	(181)	(109)
Depreciação e amortização	(3.339)	(3.328)
	(5.024)	(4.231)

17. Despesas administrativas:

	2015	2014
Impostos taxas e contribuições	(279)	(408)
Aluguéis e arrendamentos	(24)	(4)
Outras despesas	(1.279)	(2.003)
	(1.582)	(2.415)

18. Despesas não dedutíveis:

	2015	2014
Brindes e doações	(65)	(65)
Provisão/Reversão para contingências e créditos	(767)	1.010
Outras Despesas não dedutíveis	(228)	(21)
	(1.060)	924

A rubrica "Provisão/Reversão para contingência" refere-se ao reconhecimento ou reversão de provisões relativos a ações cíveis com probabilidade de perda provável segundo julgamento dos assessores jurídicos da Companhia.

19. Resultado financeiro:

	2015	2014
Receitas financeiras		
Rendas	422	342
	422	342
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(1.142)	(1.304)
Juros de mora	(202)	(33)
Outras despesas	(34)	(2)
	(1.378)	(1.339)
	(956)	(997)

20. Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social:

	2015	2014
Imposto de Renda corrente e diferido	(658)	(181)
Contribuição Social corrente e diferido	(246)	(487)
	(904)	(668)

A tributação é pelo Lucro Real, é utilizada a base de estimativa mensal e balancete de suspensão, se conveniente. A taxa efetiva de imposto difere da taxa nominal, principalmente pela utilização de prejuízo fiscal não reconhecido anteriormente e de despesas não dedutíveis para fins fiscais. **21. Instrumentos financeiros (CPC 14): Identificação e valorização dos instrumentos financeiros:** A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, adiantamentos a fornecedores, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

	Saldo contábil	Valor de mercado (não auditado)
Caixa e equivalente de caixa	3.551	3.551
Cientes	910	910
Adiantamentos a fornecedores (Nota 7)	101	101
Fornecedores	(842)	(842)
Empréstimos e financiamentos	(11.962)	(11.962)
	(8.343)	(8.381)

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores há três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. **Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar:** Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização. **Financiamentos:** O valor contábil dos empréstimos e financiamentos em Reais tem suas taxas atreladas à variação do CDI e se aproxima do valor de mercado. Para os demais empréstimos e financiamentos, inclusive os denominados em moeda estrangeira, a diferença entre o valor contábil e o valor de mercado, apurada pelo método do fluxo de caixa descontado. **22. Gestão de riscos:** Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos a pagar, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui contas a receber de

cliente e outras contas a receber, depósitos à vista e de curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Companhia está exposta a risco de taxas de juros, risco de crédito e risco de liquidez. **Risco de taxa de juros:** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis e correção monetária vinculada a índices. **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A Companhia possui autonomia para realizar cobranças administrativas e judiciais caso o cliente não cumpra suas obrigações. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Companhia e o risco é minimizado na alocação de recurso com entidades de primeira linha e de grande porte. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez decorre das decisões da administração da Companhia, do capital de giro e dos encargos financeiros e amortização principal dos instrumentos de dívida. É o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com suas obrigações financeiras conforme elas vençam. A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente, analisando e projetando as entradas e saídas de recursos de curto prazo, avaliando sempre novas formas de financiamento caso ocorram erros nas projeções desses recursos de giro. **23. Outras informações: a. Operações com instrumentos derivativos:** A Companhia não opera com instrumentos derivativos. **b. Índice de cobertura do serviço da dívida junto ao BNDES - A+B/C:**

	2015	2014
A - Geração de caixa da atividade	4.161	11.524
EBITDA	8.569	5.530
IRPJ	(658)	(487)
CSLL	(246)	(181)
Variação do capital de giro	(3.504)	6.662
B - Conta de Consumo de Combustível (CCC)	-	-
Benefício da conta de consumo de combustível	-	-
C - Serviço da dívida	5.325	5.505
Amortização de principal	4.183	4.003
Pagamento de juros	1.142	1.502
D - Índice de cobertura do serviço da dívida =A+B/C	0,78	2,09

24. Seguros (não auditado): A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Andre Gustavo Azevedo Gomes	Rubens Cardoso da Silva	Kairon Silveira	Octavio Augusto da Cunha	Devanildo Forato
Diretor Superintendente	Diretor Superintendente	Diretor	Diretor	Contador
RG: 1121565 SSP/DF	RG: 19.553.631-9 SSP/SP	RG: 353.704-9 SSP/SP	RG: 77.102.386-54 SSP/RJ	CRC SP-185361/O-0S-PA
CPF: 584.838.101-15	CPF: 169.174.328-30	CPF: 229.955.791-15	CPF: 242.972.327-15	CPF: 097.167.768-96

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da Buriti Energia S.A. - Cuiabá - MT - Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Buriti Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas

demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Base para opinião com ressalva:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8, a Companhia realiza transações significativas com partes relacionadas. Entre as operações, há contratos cujo o pagamento das parcelas está condicionado a sobre de fluxo de caixa. Não foi apresentado o fluxo de caixa projetado até o prazo de quitação da dívida, nos impossibilitando de avaliar a correta segregação da dívida no passivo circulante e não circulante, apurar a sobre de caixa para pagamento das parcelas, mensurar a possível incidência dos juros e correções, determinados em condição suspensiva no contrato e demais reflexos. Dessa

forma ficamos impedidos de concluir nossas análises sobre os possíveis efeitos originados dessa transação nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015. Não obtivemos resposta à carta de confirmação (circularização) enviada ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Consequentemente, apesar de termos realizado testes alternativos de auditoria, não pudemos nos satisfazer sobre a totalidade das operações junto a estas instituições financeiras, como captações, garantias, debêntures, avais ou outras operações materiais que eventualmente não tenham sido registradas e/ou divulgadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. **Opinião com ressalva:** Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Buriti Energia S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Cuiabá, 14 de novembro de 2016. **BDO RCS Auditores Independentes SS** - CRC 2 SP 013846/O-1 - S-MT; **Francisco de Paula dos Reis Júnior** - Contador - CRC 1 SP 139268/O - 6 - MT; **José Martins Alves** - Contador - CRC MS 9938/O - S - MT.